

Doze temas a partir do relatório *Cuidar o Futuro*

O texto que se segue apresenta 12 temas organizados a partir de extratos do livro Cuidar o Futuro – Um programa radical para viver melhor, Relatório da Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo, 1998. A 2.ª edição, em português, com prefácio de Viriato Soromenho-Marques, está disponível na Fundação Cuidar o Futuro.

Um mundo em transição – melhoria sustentável da qualidade de vida

A principal tarefa da humanidade deve inscrever-se num esforço intenso e prático de definição e de aplicação de uma verdadeira qualidade de vida.

Ao procurar a melhoria sustentável da qualidade de vida, a mais alta prioridade deve ser concedida à satisfação das necessidades básicas mínimas para a sobrevivência da população. Esta prioridade não pode ser negociável. É fundamental uma quantidade mínima antes que a qualidade de vida possa ter significado.

A segurança do ser humano é talvez o que mais conta na qualidade de vida. As pessoas têm o direito a ela – não simplesmente direito de serem livres de danos, mas de serem livres do medo dos danos.

Redefinir o trabalho

A natureza do trabalho, tal como tem sido concebido desde o começo da Revolução Industrial, está a passar por uma drástica mudança. O trabalho não pode hoje ser definido, nacionalmente ou internacionalmente, com os conceitos e as variáveis do passado, porque novos elementos entram na equação.

Propõe-se, assim, uma redefinição mais ampla do trabalho que englobe não só o emprego remunerado, mas também as atividades não remuneradas (esmagadoramente realizadas por mulheres) que beneficiam a sociedade no seu todo, as famílias, bem como os indivíduos, e que asseguram uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada.

Dar poder às mulheres

Ao longo do século XX ocorreu uma grande transformação na civilização: a evolução do poder das mulheres, juntamente com o reconhecimento dos seus direitos como direitos humanos. Esta transformação silenciosa foi conseguida através de um esforço tenaz e incessante. As suas consequências devem, inevitavelmente, alterar as relações entre os sexos e as condições específicas dentro de cada sociedade; o seu impacto na vida política, económica e social, nacional e internacionalmente, será fundamental.

Todos os processos sociais devem sublinhar o papel central dos direitos das mulheres, ligando direitos e liberdades pessoais com as responsabilidades.

Mobilizar as forças sociais: para um novo contrato social

Necessitamos urgentemente de uma nova síntese, de um novo equilíbrio entre as várias forças que denominamos de mercado, sociedade, meio ambiente, eficiência e equidade, riqueza e bem-estar; um novo equilíbrio entre, por um lado, o crescimento económico, e, por outro, a harmonia social e melhoria sustentável da qualidade de vida.

Em termos políticos, a participação significa que as pessoas têm o direito de influenciar ou decidir a política, não apenas indiretamente, através de representantes democráticos, mas também, diretamente.

O ponto de partida para a elaboração de um novo contrato social deve ser o reconhecimento, primeiro nos factos e em seguida na lei, de que a soberania reside no povo. A cidadania política é feita e refeita de baixo para cima, tecida a partir de numerosos esforços parciais e às vezes contraditórios. Isto significa, sem dúvida, que as pessoas são inevitavelmente os autores da melhoria da 'sua própria' qualidade de vida. Dar poder às pessoas não é apenas uma aspiração: exige diálogo, ação sob a forma de projetos concretos, dentro de um quadro legal.

Necessitamos de um novo equilíbrio, capaz de harmonizar os diferentes grupos etários durante a transição demográfica em curso; de um equilíbrio ativo entre os seres humanos e a Natureza; de um equilíbrio revitalizado entre o mundo criado e as diferentes formas de energia espiritual que rodeiam e sustentam o nosso mundo.

O desafio económico: um novo modelo de produção e consumo para a economia globalizada

Uma economia mundial que cresce às custas da exploração implacável dos recursos naturais, que depende perigosamente dos combustíveis fósseis, que provoca desperdícios sem limites, e esquece os preceitos de igualdade e equidade entre sociedades diferentes, não é sustentável nem tolerável. Caminha para o desastre. Uma tal situação requer a reorientação e a reestruturação fundamental da economia – uma transição que deverá ser marcada pela subordinação das regras do mercado às exigências do ambiente e aos objetivos da sociedade. Cada ser humano do presente e do futuro, homem ou mulher, onde quer que viva, deve ter oportunidades iguais inalienáveis de usufruir dos recursos naturais da Terra.

Dos cuidados médicos aos cuidados de saúde

Uma determinante decisiva da saúde é a educação das mulheres. Na verdade, nos países pobres, a educação das mulheres é provavelmente a mais eficiente das medidas de saúde conhecidas. As mulheres escolarizadas podem ser menos limitadas por certas ideias

tradicionais prejudiciais à saúde e à alimentação das crianças pequenas. Sabem de higiene e de primeiros socorros, e usam mais facilmente os equipamentos modernos de saúde. Têm menos filhos e mais espaçadamente, e essas crianças têm mais oportunidades de sobreviver.

O rendimento é um outro fator que facilita a responsabilidade pela própria saúde. Em todos os países, os pobres têm muito mais probabilidades de sofrer de todos os tipos de doenças, têm esperança de vida menor e são afetados por uma mortalidade mais alta de recém-nascidos e de crianças com menos de 5 anos.

Para uma política educacional alternativa

A educação tem sido tradicionalmente reconhecida como geradora de valores. Se a educação tem como objeto o desenvolvimento de uma sociedade que assenta no cuidado pelos outros, é preciso deixar de a pensar como um bem de consumo, que favorece o progresso individual na vida, e não tem afinal senão um valor económico. É preciso ensinar a todos como aprender e transmitir os valores da paz, da tolerância e da justiça. Os valores específicos que estão subjacentes a uma ética do cuidado têm de ser ensinados em todas as etapas do sistema educativo, dos primeiros anos até à escola secundária e à educação para adultos. As noções de igualdade e equidade, de direitos e de responsabilidades, de proteção dos vulneráveis, da dignidade humana, bem como do sentido e da importância da ‘interligação entre indivíduos’, são alguns dos componentes-chave dessa ética de atenção aos outros.

População, procriação e contraceção

As tentativas de regular a dinâmica de população são tão velhas quanto as sociedades organizadas. Obter alimentos, manter a segurança e garantir um futuro sustentável à comunidade têm sido considerados como a responsabilidade básica dos governantes.

A preocupação com as gerações futuras ganhou relevo com a nossa angústia pelo mundo que lhes vamos deixar. No cruzamento entre o passado e o futuro, os indivíduos de hoje devem “decidir” se querem ou não ter filhos, quantos querem e quando os querem ter.

A sexualidade está situada no centro do mistério da pessoa, e por isso faz parte do vasto domínio da liberdade pessoal. Sem um sério esforço educativo aplicado à sexualidade das crianças e dos adolescentes, o ser humano corre hoje o risco de não conseguir alcançar a maturidade, por não ter definido e interiorizado uma atitude responsável em relação ao sexo.

Mobilizar os recursos: utilizar os mercados

Com excessiva frequência, as discussões sobre a erradicação da pobreza ou a satisfação de direitos, terminam com a afirmação de que tudo se pode resolver apenas com uma

transferência “maciça” de recursos do Norte para o Sul. Esquece-se nessa afirmação que o primeiro nível de mobilização de recursos é o plano nacional. Desde que haja vontade política, os países deveriam ser capazes de satisfazer a maior parte dos direitos económicos e sociais. Esse objetivo pode conseguir-se, em grande parte, graças a políticas bem concebidas de utilização e gestão dos recursos nacionais disponíveis em capitais e em pessoal.

Uma porção crescente de recursos nacionais e da ajuda externa deve ser consagrada à melhoria sustentável da qualidade de vida, sobretudo na educação básica, na alfabetização de adultos, nos cuidados de saúde primários, no planeamento familiar, nas condições mínimas de habitação, na nutrição adequada, na igualdade de direitos entre os homens e as mulheres, nos serviços de justiça acessíveis a todos e na criação e apoio de serviços informativos e de ONGs para reforçar a democracia.

O desafio social: fazer face à pobreza

A pobreza, esse ataque estrondoso à dignidade humana, tem muitas faces. Implica baixos rendimentos, mas vai mais além: a pobreza significa também má nutrição, persistente má saúde, carência de educação, má habitação. Significa desemprego, crónico ou sub-emprego, falta de acesso aos serviços sociais, aos serviços jurídicos e de informação e incapacidade para defender ou afirmar os seus direitos legais ou políticos.

Existem recursos para acabar com a pobreza e a exclusão, dentro dos países e internacionalmente; devem ser usados para aliviar o número crescente de nações pobres. É improvável que a pobreza, insustentável como é, seja erradicada sem a atribuição de recursos adicionais em grande quantidade. Ou a comunidade internacional prova que é capaz de lançar uma ação efetiva para erradicar a pobreza, ou o seu reiterado interesse pela solidariedade provará ser mera retórica.

O desafio ecológico: respeitar os limites de capacidade de carga da Terra

Desde o princípio, a Natureza foi considerada como um bem gratuito e inesgotável. As consequências da degradação ecológica afetam o mundo inteiro, mesmo os países ainda na sua fase agrária. A responsabilidade do mundo industrializado, particularmente das sociedades muito desenvolvidas, é incontestável.

Aventurarmo-nos na definição de um novo paradigma capaz de reger o equilíbrio entre a Natureza e os seres humanos, é o desafio ecológico que se nos põe hoje e que implica um novo passo no conhecimento humano. Estamos no meio de um período que se pode qualificar de “transição ecológica” ao passarmos da noção de uma Natureza sempre renovável (e de uma confiança ingénua na sua permanência) para a revolta da própria natureza contra a sobre-exploração dos seus recursos, da sua pureza e da sua beleza.

A capacidade de cuidado pelo outro

Se o cuidado pelos outros não é considerado como uma dimensão da condição humana, será mais difícil o reajustamento aos nossos diferentes papéis na sociedade – na família,

na profissão e nas responsabilidades cívicas. Temos de estimular, nos planos psicológico, espiritual e político, a capacidade de cuidado pelos outros e tornar essa capacidade uma das determinantes essenciais do progresso e da sobrevivência.

Temos o conhecimento e muitos dos meios necessários (tecnologia, opções políticas, recursos financeiros), mas não temos nem o empenhamento nem a força de vontade para agir. É urgente e necessário um novo estado de espírito, a rejeição do egocentrismo. Precisamos de uma ética envolvente de cuidado pelos nossos companheiros de humanidade e pela nossa casa comum, a Terra.